

DISCRIMINAÇÃO BASEADA EM GÊNERO, DIREITO INTERNACIONAL E DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA

Aluna: Maria J. de Negreiros
Orientadora: Márcia Nina Bernardes

Introdução

Essa pesquisa buscará analisar os temas relacionados à questão de gênero no Brasil e os mecanismos internacionais de proteção aos Direitos Humanos. Ela se organizou em duas grandes fases: o seu primeiro momento, que se refere ao primeiro ano de pesquisa, consistiu na discussão epistemológica sobre gênero e desigualdade, em que tivemos o estudo histórico do movimento feminista, a apresentação das principais escolas feministas, a discussão sobre a categoria gênero e uma grande série de debates de diversos textos das principais autoras que tratam do tema. A segunda etapa, que será objeto do presente relatório, tratará mais especificadamente sobre os aspectos político-jurídicos do tema, em que serão abordadas questões relacionadas às implicações do direito internacional dos Direitos Humanos para o movimento de mulheres no Brasil.

Objetivos

Abordar as questões de gênero no Brasil, tendo como plano de fundo o processo de democratização no país, bem como dinâmicas que se tornaram possíveis graças às mudanças ocorridas no Direito Internacional e à consolidação do regime internacional dos Direitos Humanos. Essas transformações propiciaram um novo caminho para garantia dos direitos das mulheres no Brasil e a emergência de uma verdadeira sociedade civil transnacional.

Metodologia

A metodologia da pesquisa consiste na indicação prévia de textos pela professora orientadora para a leitura, seguida de discussões sobre o conteúdo e posterior fichamento os textos. A pesquisa se insere em uma investigação coletiva sobre questões de gênero que reúne alunas dos programas de mestrado e de doutorado da PUC-Rio, bem como outras alunas da graduação, além da bolsista PIBIC.

Conclusões

Em seu primeiro ano, a pesquisa teve como objetivo a análise de questões epistemológicas de relevância fundamental para compreensão dos objetivos dessa segunda fase da pesquisa, abordando pontos de ordem político-jurídica. As reflexões críticas sobre gênero, sexo, identidade e feminismos aparecem como importante base para a discussão dos principais aspectos relativos à discriminação de gênero e para a investigação da influência dos principais mecanismos internacionais de proteção aos direitos da mulher na luta do movimento de mulheres no Brasil.

Para finalizar a discussão epistemológica sobre gênero, antes de inaugurarmos essa segunda etapa acima referida, debruçamo-nos no estudo sobre o Feminismo e a Psicanálise, pretendendo compreender as principais reflexões de autores como Sigmund Freud e Jacques Lacan sobre gênero e sexualidade. As considerações desses autores estavam presentes em grande parte dos textos abordados, mostrando-se evidente a necessidade de uma análise mais profunda sobre o tema. Para isso, inicialmente selecionamos dois textos de Freud, A

Sexualidade Feminina (1931) e *A Dissolução do Complexo de Édipo* (1924), para a compreensão dos seus principais conceitos e reflexões sobre o tema. Posteriormente, nos dedicamos à leitura do livro *Freud's Women* que buscava demonstrar as contribuições das idéias de Freud e da Psicanálise para o movimento feminista. [1] Contamos com o auxílio do psicanalista Ronaldo Souza Sampaio, que compareceu a duas reuniões do grupo.

Nesse momento, a pesquisa se dedica ao seu objetivo jurídico, que consiste na investigação das estratégias usadas pelo movimento das mulheres no Brasil. Essa fase pretende avaliar a relevância dos padrões estabelecidos pelo Direito Internacional de Direitos Humanos para a defesa dos direitos da mulher no Brasil. Examinamos os padrões desenvolvidos no âmbito da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), adotada pela ONU em 1979, e no âmbito da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Doméstica contra a Mulher (Convenção Belém do Pará), adotada em 1994 pela OEA. [2]

Nesse sentido, tivemos como ponto inicial a leitura das Convenções, a análise dos principais relatórios do órgão de monitoramento da CEDAW (denominado Comitê CEDAW), bem como a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e as recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que integram o Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Através dessa análise, busca-se cotejar os padrões estabelecidos pelo Sistema ONU e Interamericano, identificando em que medida há uma complementaridade entre ambos. Esse estudo será fundamental para considerarmos qual a relevância desses padrões para o movimento de mulheres no Brasil, e de que forma esses recursos têm sido de fato utilizados pelas organizações que atuam em defesa da mulher.

Posteriormente, pretende-se iniciar o estudo da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), que teve a sua criação influenciada pela jurisprudência do Sistema Interamericano e pelas recomendações feitas ao Brasil pelo Comitê CEDAW sobre a violência doméstica contra a mulher, e representa um grande impacto do direito internacional dos direitos humanos no direito brasileiro. Esse estudo faz parte do projeto encaminhado ao Edital CNPq com o título **“Ser mulher”: quem é a mulher que as normas pretendem proteger e quem a define? – Um estudo dos contextos jurídicos nacional e internacional, assim como das influências normativas no processo de construção das identidades das mulheres e nas lutas dos movimentos feministas**, que buscará analisar quem são as mulheres que são representadas e amparadas pelas medidas e garantias previstas na Lei Maria da Penha, e assim, investigar de que forma o direito internacional e interno lidam com o conceito de identidade. Ou seja, se abrangem os diferentes tipos de mulheres, se as políticas públicas são direcionadas a diferentes grupos étnicos, etários, classes sociais e de diferentes sexualidades, e, se sim, de que forma essa proteção ocorre.

Referências

- 1 - APPIGNANESI, Lisa e FORRESTER, John. **Freud's Women**. Editora Phoenix. London. 2004. P. 464-467.
- 2- PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 7ª edição. Editora Saraiva. 2007. P. 345-348